

Novo calendário do processo de paz em Moçambique ^{6/9}/₉₃

O representante especial da ONU para Moçambique, Aldo Ajello, anunciou que vai apresentar um novo calendário para o processo de paz.

Ajello falava no seu tradicional «briefing» das sextas-feiras, passado para a tarde do último dia 4, devido à cerimónia de assinatura, de manhã, do acordo entre o Governo e a Renamo sobre Administração Territorial e Polícia.

O representante da ONU manifestou a satisfação da ONU e da Comunidade Internacional pelo «esforço e flexibilidade do Governo e da Renamo na solução final de um problema tão sensível» como a administração territorial.

Ajello revelou que vai apresentar, «tão cedo quanto possível», às partes moçambicanas na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) um novo calendário e «solicitar a sua aprovação».

«De contrário não temos nenhum ponto de referência», disse Ajello, que considerou necessário convencer o Conselho de Segurança da ONU a prolongar o mandato da Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz), que termina em Outubro, por mais um ano.

(cont. na pag. 16)

(cont. da 1.ª pag.)

O Conselho de Segurança da ONU vai entretanto analisar o processo de paz moçambicano «na próxima semana» na base do relatório de 31 de Agosto do secretário-geral, Butros Ghali, que será actualizado com os últimos desenvolvimentos.

Ajello indicou que é agora preciso «muito rapidamente» aplicar o que foi acordado entre o Governo e a Renamo e encetar o resto do processo de paz, iniciando o acantonamento e desmobilização de tropas e aprovando o ante-projecto de Lei Eleitoral.

«Penso que para assegurarmos a extensão do mandato teremos que ter um compromisso das duas partes para termos eleições em 1994, mas precisamos de gestos visíveis de que vamos nesta direcção», sublinhou.

Quanto aos problemas ainda por resolver, Ajello indicou que eles serão debatidos no próximo encontro entre o presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo Afonso Dhlakama.

Segundo ele, Dhlakama, que regressou a Maringué, a base central do seu movimento na Província de Sofala, no termo de uma deslocação de 13 dias a Maputo, tenciona voltar à capital moçambicana dentro de duas semanas.

Mas o responsável da Onumoz chamou a atenção para a necessidade de essa vinda não entrar em conflito com a agenda do chefe de Estado, que planeia deslocar-se aos Estados Unidos para participar na Cimeira Afro-Americana em Richmond, Virginia, entre dias 19 e 22, seguindo depois para Washington.

Ajello manifestou-se convencido de que um acordo na multipartidária «não parece muito difícil».

A reunião de consulta entre o Governo e os partidos

encontra-se há cerca de um mês bloqueada por divergências entre parte da oposição, incluindo a Renamo, e o Executivo sobre a composição da Comissão Nacional de Eleições.

O representante da ONU defendeu «novas regras e procedimentos (para a multipartidária), que aprovelem todos os artigos que não são controversos e ponham de lado os que são controversos».

«Nunca vi uma negociação como esta», declarou Ajello, que declarou ser sua «intenção tomar medidas para facilitar» o processo de consultas.

Ajello deu a entender que, na sequência do acordo assinado entre Chissano e Dhlakama, será satisfeito o pedido que o Governo vai fazer para que um contingente da ONU venha fiscalizar a Polícia moçambicana no período de transição.

Embora o Acordo Geral de Paz nada dissesse a respeito da Polícia, o envio de um contingente policial da ONU de 128 homens está previsto num relatório ao Conselho de Segurança em Dezembro de 1992.

«Já estava a ser um problema em Dezembro. Provou-se agora que era uma ideia sensata» incluir esse contingente no relatório, afirmou o responsável da Onumoz, que se declarou autor da ideia.

Ajello afirmou que serão necessários mais homens do que os 128 homens previstos. Mas declarou não saber quantos. «Vamos consultar as duas partes e avaliar as necessidades», disse.

Afastou, no entanto, a hipótese de serem «vários milhares» como aventou o líder da Renamo na conferência de Imprensa depois da assinatura do documento final do seu encontro com o presidente Chissano.

A missão da ONU é muito cara e mais onerosa ficará com a nova componente policial, considerou.